

Sant'Anna já acha que não dá para brigar com povo

BRASÍLIA — Um dia após o encurtamento de seis para quatro anos do mandato do presidente José Sarney, o líder do governo na Constituinte, Carlos Sant'Anna, já mudava o seu voto: "As eleições em 1988 são irreversíveis. Não dá para brigar com o povo nas ruas", admitia ontem o deputado. Sant'Anna, no início da tarde do domingo, logo após a aprovação do mandato de quatro anos pela Comissão de Sistematização, prometia reverter o resultado no plenário.

"Eu até disse ao presidente: é melhor o senhor aceitar as eleições no ano que vem e terminar seu governo com dignidade. As diretas vão ganhar a rua e nós não vamos conseguir enfrentar a campanha. Conseguiríamos se fosse apenas no plenário da Constituinte", conta Sant'Anna.

A garantia é duvidosa. À última hora, por exemplo, votos dados como certos para cinco anos viraram para quatro, dando vitória às diretas em 1988. Alguns votos foram surpreendentes, outros contraditórios. Até a manhã de domingo, o deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA), por exemplo, ainda tinha esperanças de um sinal de Sarney em favor do parlamentarismo. "Eu ia votar pelos cinco anos se houvesse entendimento quanto ao regime de governo. O governo não quis negociar e eu não quis mais o governo", brincou Senna. Da bancada de seis baianos na Comissão de Sistematização, apenas Carlos Sant'Anna votou contra a emenda dos quatro anos.

Do paulista José Serra, eterno candidato a um ministério econômico do governo Sarney, esperava-se o voto a favor dos cinco anos. Na tarde da última sexta-feira, entretanto, num encontro reservado para um balanço da posição dos membros da Comissão de Sistematização, o senador José Richa (PMDB-PR) tranqüilizou o incrédulo deputado Fernando Lyra: "Pode deixar que o Serra já está convencido."

Canal de TV — Quem não estava era o goiano Siqueira Campos, do PDC. Governista histórico, Siqueira Campos ainda pendia para o lado do governo quando se encontrou com 17 parlamentares do Movimento de Unidade Progressista (MUP): "O senhor quer a aprovação do estado de Tocantins. Nós sabemos que isso é importante e votaremos a favor, mas desde que o senhor aprove a redução do mandato do presidente", ofereceu a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), em nome do grupo. "No plenário, temos 80 votos", informou. Campos teve sua emenda aprovada quase por unanimidade.

Havia dúvidas ontem sobre as razões que levaram o deputado José Tomás Nonô (PFL-AL) a votar pelos cinco anos. "Já disseram que eu ganhei um canal de televisão. É mentira. Disseram que eu tenho cargos no Funrual. Também não é verdade. Eu indiquei pessoas que não foram nomeadas. Eu votei porque sou parlamentarista convicto e o regime exige cinco anos de mandato", disse Nonô. Na segunda-feira, de manhã, essa mesma explicação foi dada pelo telefone ao presidente José Sarney: "José, eu quero contar com você quanto ao mandato", começou Sarney num telefonema que acordou Nonô às 8h e acabou sem assunto. Nonô, em 1984, como José Jorge, também do PFL, estavam no PDS quando votaram a favor da emenda Dante de Oliveira, das diretas já, derrotada pelo PDS, partido majoritário na época presidido por Sarney.

Os votos de cinco pefelistas a favor da redução do mandato não chegaram a surpreender a Comissão de Sistematização. "O voto das diretas abre um crédito de confiança", diz o paranaense Alcení Guerra. O ex-ministro Francisco Dornelles (RJ) chegou a defender um mandato de seis anos no início dos trabalhos da Constituinte. "Mas jamais votaria cinco. Sou contra as eleições solteiras", justificou.



Sant'Anna: "Disse ao presidente que é melhor aceitar diretas"

Prisco diz que o governo ainda acredita em 5 anos

O ministro da Habitação e Urbanismo, Prisco Viana, um dos principais articuladores políticos do presidente Sarney, afirmou que o governo acredita numa mudança nos rumos da Constituinte, com a aprovação de um mandato de cinco anos para o presidente na votação em plenário.

— O governo tem uma força organizada no plenário, onde a situação é completamente diferente da Comissão de Sistematização. É uma outra composição, um outro perfil político e ideológico. Evidentemente nós esperamos que ali a situação se modifique, para que prevaleça a verdade. E a verdade está no plenário — opinou o ministro.

Embora tenha ressaltado que não há nenhuma decisão tomada, Prisco Viana considerou possível uma reforma ministerial, a partir da situação criada com a aprovação de um mandato de quatro anos. Segundo o ministro, o resultado da votação na Comissão de Sistematização "mostrou que o presidente é livre para compor seu governo sem qualquer tipo de condicionamento. Está livre dos partidos e dos políticos".

Também o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, lembrou que a questão do mandato do presidente Sarney não está encerrada. Ele evitou fazer qualquer relação entre a votação da questão em plenário e uma possível reforma ministerial. Mas argumentou que "se



Prisco: "Sarney está livre"

for necessária e boa para o país, a reforma virá".

O chefe do Gabinete Civil negou que a perspectiva de ter seu mandato reduzido a quatro anos tenha levado o presidente a cogitar em renúncia e até em suicídio:

— O presidente me disse peremptoriamente que no seu dicionário de vida não consta nem renúncia, nem deposição e muito menos suicídio.

Arquivo — 8/9/87

Arquivo — 20/5/87